

Senador amazonense Jefferson Praia (5º à esquerda) participa de encontro em Manaus promovido pela comissão de juristas

Novo Código de Processo Civil recebe sugestões em Manaus 5



AlexPazuello

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.209 – Brasília, segunda-feira, 12 de abril de 2010



GeraldoViageta

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

O Corpo de Bombeiros realizou, na manhã de sexta-feira, um treinamento contra incêndios no Anexo I do Senado. Três veículos equipados com escadas magirus participaram do exercício de simulação, organizado pelo 1º Batalhão de Incêndio. Alertados sobre o treinamento, não houve sustos entre os servidores.

Presidente do Chile investe em parceria fortalecida 2

Senado terá mais voz na política externa, diz Azeredo 6

Venezuelano será chamado para explicar prisões 7

MP de incentivo fiscal obstrui votações

Medida provisória concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, especialmente à indústria petrolífera das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outra MP, que abre créditos extraordinários no Orçamento, obstrui votações desde 12 de março

Uma medida provisória (473/09) já impedia as votações normais do Plenário desde o dia 12. Com a chegada de outra (o Projeto de Lei de Conver-

são 1/10) na sexta-feira passada, já com o prazo de discussão esgotado, agora são duas propostas do Executivo que têm prioridade sobre as demais matérias. 3

Emenda muda nome de nova estatal do pré-sal 3

Começam hoje homenagens a Brasília pelos seus 50 anos

O Senado preparou uma série de homenagens e eventos para marcar os 50 anos de Brasília. Além de uma sessão em Plenário, haverá lançamento de livro e CDs, exposições, edição especial da revista *Senatus*, um encarte do *Jornal do Senado* e um *site* especial sobre o tema. 8



Arquivo Público do DF

Presidente Sebastián Piñera foi recebido na sexta-feira por Sarney e anunciou acordos sobre combustíveis renováveis, meio ambiente e tecnologia

Chile pretende ampliar as parcerias com Brasil

O PRESIDENTE DO Congresso Nacional, senador José Sarney, recebeu na sexta-feira o presidente do Chile, Sebastián Piñera, que anunciou assinatura de parceria estratégica com o Brasil em áreas como combustíveis renováveis, meio ambiente e tecnologia. Sarney desejou a Piñera "êxito no trabalho de reconstrução do Chile depois do terremoto", e acrescentou que espera que o Brasil possa ajudar.

O presidente chileno foi recebido por José Sarney e pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Piñera, que tomou posse há quase um mês, pouco depois do terremoto que causou 802 mortes, estava acompanhado de ministros e parlamentares chilenos. Essa é a sua primeira viagem internacional após a posse.

— Temos no Brasil uma agenda bem concreta — afirmou, acrescentando que espera resultados na "parceria estratégica" ainda em 2010.

Sebastián Piñera lembrou que o abalo sísmico que atingiu o Chile foi "um dos cinco maiores terremotos da história da Humanidade", de magnitude 8,8 na escala Richter, e seguido de maremotos. Acrescentou que já recebeu grande ajuda do Brasil, tanto de médicos quanto de recursos materiais, e que era brasileiro o maior hospital de campanha no socorro às vítimas. Piñera manifestou também pesar pelas vítimas dos deslizamentos de terra no Rio de Janeiro.

Sarney explicou ao presidente e à comitiva chilena o sistema presidencialista brasileiro, que comparou ao norte-americano, bicameral, "com uma linha invisível a dividir as duas Casas". Brincando, Sebastián Piñera perguntou-lhe o que é mais fácil, ser presidente do Senado ou da República. Sarney respondeu

Piñera disse que veio ao Brasil para consolidar uma "relação estratégica" de cooperação



Piñera e Sarney, entre os parlamentares dos dois países que participaram do encontro: chileno agradeceu ajuda prestada pelo Brasil após recente tragédia em seu país

que é mais fácil ser presidente do Senado, e Piñera disse que é uma boa via para ser novamente presidente da República. Ele acrescentou que o presidente do Senado foi "um grande amigo do Chile".

Sarney afirmou que, desde que o viu pela primeira vez, teve a certeza de que Sebastián Piñera assumia o mandato disposto a realizar muita coisa pelo seu país, com garra e disposição.

Sebastián Piñera se disse impressionado com o tamanho do Brasil, que não faz fronteira apenas com o próprio Chile e com o Equador na América do Sul. Sarney

explicou que o Brasil atravessa um bom momento na economia, com bom ritmo de crescimento. Bem-humorado, o presidente do Chile afirmou que seu país será campeão mundial de futebol na Copa do África do Sul e que o Brasil será o vice-campeão.

A agenda de Piñera no Brasil incluiu encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com empresários e investidores em São Paulo. Ele se reuniu também com o governador do estado, Alberto Goldman (PSDB), e com pré-candidatos a presidente da República José Serra e Dilma Rousseff.

Posse logo após terremoto

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, de 61 anos, tomou posse no dia 11 de março último, em meio à destruição provocada por um dos maiores terremotos da história da Humanidade, de magnitude 8,8 na escala Richter, e que deixou 802 mortos, além de graves danos à infraestrutura do país.

Piñera, que disputou a Presidência pela segunda vez, derrotou no segundo turno, em 17 de janeiro, o ex-presidente Eduardo Frei, candidato da coligação denominada Concertación, à qual pertencia também a sua antecessora, a ex-presidente Michelle Bachelet. Em 2005, Bachelet derrotara Piñera

também no segundo turno.

O presidente é um dos homens mais ricos do Chile: é dono do canal de TV Chilevisión; tem 26% da companhia aérea Lan Chile; é grande acionista da empresa brasileira ABSA, de equipamentos e logística de aviação com sede em Campinas (SP); além de proprietário do clube de futebol Colo Colo, o mais popular de seu país.

Pertence ao partido Renovación Nacional e foi senador de 1990 a 1998. O mandato presidencial no Chile é de cinco anos, e a redemocratização deu-se no fim da década de 1980, com a convocação de eleições diretas pelo ex-ditador Augusto Pinochet.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Auditores fiscais

14h O Plenário realiza sessão especial para homenagear a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil pelo 60º aniversário. O Plenário reúne-se em sessão não deliberativa, sem votação de proposições.

CI Setor mineral

18h Dentro do ciclo de debates Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza audiência pública sobre "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para prospecção e exploração mineral".

Exposição 50 anos de Brasília

9h Em comemoração aos 50 anos de Brasília, a Comissão Curadora de Artes Plásticas do Senado apresenta a exposição *Retratos de Brasília*. A mostra reúne vários artistas brasileiros que retratam o seu amor pela cidade. A exposição pode ser visitada de hoje até o dia 23, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e na Senado Galeria, no período das 9h às 18h.

Terça-feira

CMA Obras públicas

9h30 Para discutir os preços utilizados para as obras públicas, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ouve representantes da Controladoria-Geral da União, da Polícia Federal, da Infraero e do Crea. Às 11h30, vota projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

CRA Sociedades cooperativas

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa emenda de Plenário ao substitutivo a projeto que dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

CAE Orçamentos públicos

10h Audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que altera a Lei Complementar 101/00 para estabelecer normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública. Estão convidados representantes dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda e o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Simão Cirineu. Na pauta da CAE, entre outros, projeto (PLS 154/09) que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água.

CE Transmissão liberada

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que determina cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasil de Comunicação. Outra proposta na pauta institui o Dia Nacional de Combate a Dengue.

CPI das ONGs Eleição do vice-presidente

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs reúne-se para votar propostas de novos depoimentos. Os senadores também elege o vice-presidente da CPI.

Quinta-feira

CCT Publicidade oficial

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa dois projetos sobre publicidade oficial da administração pública federal. Examina ainda 21 projetos de decretos legislativos que autorizam serviços de radiodifusão.

CCJ Modernização da Justiça

10h Audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai ouvir o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, sobre a modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país. Logo após, a CCJ examina as indicações de Artur Vidigal de Oliveira e Raul Araújo Filho para exercerem os cargos de ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), respectivamente. Também na pauta projeto que inclui automaticamente na malha fina do Imposto de Renda os detentores de mandato eletivo.

Quinta-feira

Doação Doação de sangue

8h O Senado realiza, em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília, a 8ª Campanha de Doação de Sangue. O servidor que desejar colaborar pode agendar a doação no Portal do Servidor.

CCJ Jovens de Luziânia

10h O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Federal, Marcos David Salem; e a coordenadora-geral da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Viviane de Faria, prestam informações, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as ações que estão sendo adotadas para esclarecer o desaparecimento de jovens de Luziânia (GO).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Senado presta homenagem à associação de auditores fiscais

O Senado fará sessão especial para homenagear a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), fundada em 22 de abril de 1950. A sessão será realizada hoje e foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Entidade civil, autônoma e sem fins lucrativos, a Anfip atua e defende, em todo o país, como representante ou substituta processual, os servidores públicos federais ocupantes dos cargos da carreira de auditor fiscal da Receita Federal, que é subordinada ao Ministério da Fazenda, conforme a Lei 11.457/07.

A Anfip é mantida exclusivamente pela receita das mensalidades de seus filiados, rendas de juros e de aplicações dos saldos de suas contas bancárias ou de investimentos financeiros, conforme o site da entidade.

A associação, que tem sede em Brasília, já contou com 33 presidentes ao longo de sua história e tem atualmente mais de 11 mil associados. A gestão da entidade é feita por meio dos conselhos executivo, de representantes e fiscal.

História

A Anfip foi fundada em 22 de abril de 1950, no Rio de Janeiro, época em que a entidade intitulava-se Associação dos Fiscais de Previdência Social. Em 23 de março de 1956, foi transformada em Associação Nacional dos Fiscais e Inspectores de Previdência, constituída pelos fiscais do extinto Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), que financiava habitações populares.

Em 20 de agosto de 1957, surgiu a União Metropolitana dos Fiscais do extinto Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC). Ainda no Rio de Janeiro, foram fundadas outras associações semelhantes de 1961 até 1967, quando surgiu a Associação Nacional dos Fiscais de Previdência Social (AFPS), com atuação em todo o território nacional.

Em 2002, o cargo de fiscal de contribuições previdenciárias passou a ser chamado auditor fiscal da Previdência Social e a entidade foi denominada, em 21 de maio de 2003, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social.

Em 2007, após a Lei 11.457/07 entrar em vigor, o cargo de auditor fiscal da Previdência Social passou a ser auditor fiscal da Receita Federal do Brasil. Foi nessa mudança que a entidade ganhou a atual denominação.

Plenário deve votar uma medida provisória que destina recursos a obras de infraestrutura e um projeto de lei de conversão que inclui, entre outros assuntos, a criação do programa Um Computador por Aluno



O relator no Senado é Romero Jucá. MP foi bastante modificada na Câmara e agora inclui, entre outras medidas, multa para dedução indevida no IR

Projeto que concede incentivos fiscais a setor industrial entra na pauta

A PARTIR DE hoje, o projeto de lei de conversão (PLV 1/10) proveniente da Medida Provisória (MP) 472/09 passa a trancar a pauta de votações do Plenário. O projeto concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, especialmente à indústria petrolífera das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2010, incentivos fiscais da ordem de R\$ 3 bilhões também beneficiam a indústria aeronáutica e empresas de informática.

O primeiro item da pauta é a MP 473/09, que liberou crédito extraordinário, no valor global de R\$ 742 milhões, para a recuperação de estradas e infraestrutura dos municípios atingidos pelo excesso de chuvas ocorridas no ano passado. Os recursos foram destinados aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Saúde; Transportes; e Integração Nacional. Essa MP está trancando a pauta desde o

dia 12 de março.

Petrolíferas

Para beneficiar as indústrias petrolíferas, o PLV 1/10 instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec). As empresas beneficiadas deverão ter projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nos três regiões nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural.

Compete ao Ministério de Minas e Energia a aprovação de projeto e a definição, por meio de portaria, das propostas que se enquadrarem nas exigências estabelecidas. Os principais projetos abrangidos até o momento pela medida são os da petroquímica de Suape, em Pernambuco; e das refinarias Abreu

e Lima, também em Pernambuco; Premium I, no Maranhão; e Premium II, no Ceará.

Prazo

O relator no Senado é Romero Jucá (PMDB-RR). Na Câmara, o relator, Marcelo Ortiz (PV-SP), fez modificações no texto do Executivo. Uma delas estende de 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2011 o prazo final para a aprovação dos projetos que serão beneficiados com os incentivos fiscais. O último dia para protocolar os projetos permanece sendo 31 de dezembro deste ano. A estimativa de renúncia fiscal para 2010 é de R\$ 1 bilhão e poderá chegar a R\$ 7,9 bilhões em 2014.

Educação

Foi criado também o programa Um Computador por Aluno e instituído o Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional. O

objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas federal, distrital e municipal, bem como ampliar o uso de computadores por alunos e professores nas escolas públicas.

O PLV inclui ainda a instituição do Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira, beneficiando empresas que produzam partes, peças, componentes, equipamentos, sistemas, insumos e matérias-primas utilizados em aeronaves; autorização para que a União conceda crédito aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante e ao BNDES; mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida; criação de taxa de fiscalização dos mercados de seguro e resseguro, de capitalização e de previdência complementar aberta; e previsão de multa aos contribuintes que declararem despesas sem comprovação adequada para obterem deduções no imposto a pagar.

CCJ recebe nove emendas ao projeto que cria a Petro-Sal

Em vez de Petro-Sal, a empresa criada para gerir os contratos de partilha de produção e comercialização de petróleo na área do pré-sal poderá se chamar Pré-Sal Petróleo S.A., ou PPSA. É o que determina emenda apresentada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao PLC 309/09, que autoriza a criação da nova estatal.

A troca é necessária porque o nome sugerido pelo governo já pertence a um particular, que o registrou com base na Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96). Essa emenda foi a única acatada pelo relator da matéria na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Paulo Duque (PMDB-RJ), e aprovada pelos seus integrantes.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o parecer dado por Gim Argello (PTB-DF) é favorável à aprovação.



Paulo Duque (CI), Tasso Jereissati (CCJ)



e Gim Argello (CAE) são os relatores do projeto que cria a nova empresa



Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foram apresentadas nove emendas ao projeto. Pedro Simon (PMDB-RS) é autor de duas, propondo que a empresa opere com a estrutura de uma autarquia.

Mudança sugerida por Marconi Perillo (PSDB-GO) busca adequar a atuação da futura empresa à Lei de Licitações (Lei 8.666/93). A terceira emenda, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), propõe pulverizar o capital da empresa entre União (que ficaria com 51% das ações), estados, municípios e acionistas minoritários.

Uma quarta emenda, da senadora Marina Silva (PV-AC),

sugere incluir, no conselho de administração da estatal, representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. Virgílio, Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Marconi Perillo apresentaram emendas que condicionam a nomeação de diretores da empresa à aprovação prévia do Senado.

Rejeição

Em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou o PLC que cria a Petro-Sal inconstitucional. Ele alega que o Brasil já tem uma estatal para o setor, que é a Petrobras, e questiona os

objetivos da Petro-Sal.

O projeto original do Executivo chegou ao Senado com diversas alterações da Câmara. A principal mudança aprovada pelos deputados estabelece regras para os integrantes da diretoria-executiva da Petro-Sal que saírem da empresa. Conforme a emenda aprovada na Câmara, os membros da diretoria que deixarem seus cargos ficarão impedidos, por quatro meses, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresas do setor de petróleo no país, mas continuarão a receber a remuneração do cargo anteriormente ocupado.

Senadora destaca auditoria do Tribunal de Contas da União que aponta terem sido repassados à Bahia R\$ 133 mi para prevenir desastre e apenas R\$ 2,3 mi ao Rio

Marisa cobra explicação sobre pouco recurso enviado ao Rio

A SENADORA MARISA Serrano (PSDB-MS) destacou, na sexta-feira, disparidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas transferências de recursos federais aos estados para prevenção de desastres. Conforme observou, os dados mostram que, entre 2004 e 2009, o governo mandou para a Bahia, terra do então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, R\$ 133 milhões para ações de prevenção. No mesmo período, o Rio de Janeiro, hoje em estado de emergência em razão das fortes chuvas que já resultaram em quase 200 mortos, recebeu apenas R\$ 2,3 milhões dos R\$ 357 milhões liberados para a Defesa Civil.

Para Marisa Serrano, os resultados da auditoria, divulgados pela imprensa, revelam grande dicotomia entre os repasses feitos para um estado na comparação com outro que tem a mesma importância e magnitude de problemas. Por essa razão, ela entende ser preciso debater a questão, sobretudo diante dos fatos dramáticos verificados no Rio.

– Não é possível que o Brasil fique sem uma explicação em cima de uma tragédia que nos abala a todos os brasileiros.



Marisa Serrano diz que análise feita pelo TCU "revela grande dicotomia"

Museus

Marisa Serrano também comentou, dessa vez com elogios, as ações do governo para estimular o desenvolvimento dos museus no país, por iniciativa do Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram). Uma das ações citadas foi o lançamento de edital para projetos que tenham como objetivo a implantação de museus em municípios de até 50 mil habitantes. Ela se referiu ainda ao Prêmio Darcy Ribeiro, que pretende incentivar práticas educativas nos museus.

– Faço os dois comentários para saudar as iniciativas e pro-

var que, nesta Casa, a oposição não é sectária e está a favor do Brasil. Aquilo que é bom a gente aplaude. Mas critica, cobra e fiscaliza o que precisa ser cobrado – comentou.

Depois de assinalar que o país assegurou, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, a universalização da educação fundamental, a senadora observou que ainda é preciso avançar no campo da cultura e da educação, para ela, dois temas indissociáveis. Nesse contexto, afirmou, o acesso a museus é também uma questão importante, mas o país possui poucos e os que existem normalmente têm acervos pequenos, são desorganizados e funcionam sem regularidade.

Segundo dados citados por Marisa Serrano, o Brasil possui apenas 2.759 museus, dos quais apenas 2.541 abertos ao público. Desses, 1.098 estão na região Sudeste e outros 835 no Sul. O Nordeste tem 500 museus, o Centro-Oeste conta com 203 e o Norte tem apenas 123, revelou a senadora.

Gurgacz defende investimentos em estradas e portos

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apelou ao governo federal por mais investimentos nos meios de transporte e na implantação de portos. Ele defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 3/10), de sua autoria, que reserva 0,5% do produto interno bruto (PIB) para a infraestrutura de transporte e garante os recursos necessários ao fortalecimento do setor.

Acir Gurgacz também defendeu a destinação de recursos para as hidrovias, com destaque para a região Norte – que detém

65% de toda a malha aquaviária do país. Com isso, observou, portos seriam construídos ao longo dos rios, gerando melhor escoamento da produção, renda e aumento do turismo.

O rio Madeira, de acordo com o senador, é um exemplo de potencial hidroviário a ser explorado economicamente. Por lá, informou, circulam grandes cargas de combustível, grãos, produtos de extração vegetal e manufaturados, entre Manaus e Porto Velho.

Acir Gurgacz destacou ainda a recente inauguração do ter-



Construção de portos ao longo dos rios do Norte é apoiada por Gurgacz

minal portuário de Humaitá, cidade banhada pelo rio Madeira, e solicitou a construção de estruturas portuárias destinadas a ajudar no transporte diário da população ribeirinha.

PAC é peça de propaganda do governo, diz Papaléo Paes

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um instrumento de *marketing* bem elaborado pelo governo Lula, afirmou Papaléo Paes (PSDB-AP) na sexta-feira. As obras do programa anunciadas pelo Executivo como novos investimentos já fazem parte, na verdade, da previsão orçamentária da União, acrescentou.

O PAC foi lançado em janeiro de 2007 para investir em infraestrutura e incentivar o investimento privado, com estímulo ao crédito, ampliação do financiamento e desoneração tributária. O programa aplicaria, segundo o governo, R\$ 503,9 bilhões, entre 2007 e 2010, em obras

de infraestrutura como portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias e ferrovias.

Os índices de investimento em infraestrutura no Brasil, destacou, começaram a crescer a partir de 2006. Portanto, antes do lançamento do PAC. Os investimentos aumentaram de 1,79% do PIB, em 2005, para 2,03% do PIB em 2006.

– O PAC é apenas um subconjunto de investimentos, ao qual o governo tem dado prioridade e usado nitidamente como peça de propaganda – analisou o senador.

Papaléo criticou ainda o lançamento do PAC 2, já que o



O senador pelo PSDB do Amapá, em Plenário, na última sexta

governo investiu menos de 11% do previsto para o primeiro PAC. Para o senador, isso é grave e pode ser considerado um retrocesso.

No entender de Papaléo Paes, o governo estaria tentando enganar a opinião pública para eleger seus candidatos.

Candidatos devem apresentar propostas, afirma Heráclito

Heráclito Fortes (DEM-PI) defendeu que os candidatos à Presidência da República Dilma Rousseff e José Serra apresentem suas propostas para o futuro do país e deixem de citar realizações de governos passados. O senador criticou, na sexta-feira, o fato de os dois candidatos estarem dando declarações à imprensa em que ressaltam realizações dos governos de Lula e Fernando Henrique Cardoso.

– O Brasil não está preocupado, a não ser para referências históricas, com Fernando Henrique. A partir de 1º de janeiro, não estará mais preocupado com o atual presidente Lula. Os dois terão, evidente, pelos papéis que ocuparam no país, lugar destacado na nossa história. A preocupação do brasileiro é saber o que o candidato eleito irá fazer pelo nosso país a partir dessa data – disse Heráclito.

Para o senador, o Brasil é um dos países que mais crescem e tem tido papel importante como "celeiro" de produtos agrícolas. O país, destacou, é a oitava maior economia do mundo e, agora, o povo brasileiro quer saber quem terá condições de geri-lo com eficiência.

A visita de Dilma Rousseff ao túmulo de Tancredo Neves, em Minas Gerais, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do político, também foi criticada



Heráclito Fortes cobra programa dos candidatos à Presidência

por Heráclito. Na avaliação do senador, se a candidata quisesse homenagear Tancredo, deveria ter participado da sessão especial em homenagem ao seu centenário, realizada no Senado. Dilma, apesar de ter nascido em Minas Gerais, fez sua carreira política no Rio Grande do Sul e está "usando de demagogia" para se aproximar do povo mineiro, criticou o senador.

Heráclito também informou que visitou Curitiba, na última quinta-feira, onde participou de solenidade em que a Assembleia Legislativa do Paraná concedeu a João Elísio Ferraz de Campos o título de cidadão benemérito do estado. O homenageado é empresário e já atuou como dirigente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), tendo também sido vice-governador e governador do Paraná.

Geraldo Mesquita Júnior declara apoio ao candidato José Serra

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) voltou a declarar na sexta-feira seu apoio ao pré-candidato do PSDB à Presidência da República, o ex-governador de São Paulo José Serra. O senador disse também que tentou promover uma aliança entre o PMDB e o PSDB do Acre para as próximas eleições, mas as tentativas foram infrutíferas. Ele informou ainda que não sabe se o PMDB de seu estado vai apoiar o candidato tucano.

– Eu sou um dos poucos senadores, pouquíssimos, aliás, do PMDB filiados à candidatura de José Serra. Isso ocorreu hoje de manhã? Não. Há muito tempo que eu declino a minha convicção e a minha opção pela candidatura de José Serra dentro do meu próprio partido. Portanto, eu sou dissidência dentro do meu próprio partido nessa questão – disse, ressaltando que, quase dois anos atrás, já havia revelado ao então governador José Serra que o apoiaria para presidente da República em 2010.

Geraldo Mesquita Júnior explicou que o PMDB do Acre já anunciou apoio a Serra, mas, devido às negativas do PSDB em compor aliança, ele não sabe se esse apoio será mantido ou não. Depois das negativas, disse o senador, o PMDB já lançou candidatos a governador e a



Senador afirma que ainda não sabe qual será a posição do PMDB do Acre

senadores próprios no Acre.

– A situação no meu estado, no que diz respeito às oposições hoje, é um conjunto esfarrado, espafifado, fragmentado. O que isso me afasta da candidatura do governador Serra? Nenhum milímetro. Não vou atribuir a ele a culpa por uma má condução numa interlocução com o PMDB. Não me afasta um milímetro, a minha disposição continua a mesma. O governador Serra vencerá essas eleições pelos méritos que tem, homem probo – afirmou, elogiando o desempenho de Serra como senador, prefeito e governador.

Papaléo Paes (PSDB-AP) elogiou as declarações de Mesquita Júnior e disse esperar que ele seja candidato a reeleição ao Senado nas eleições de outubro de 2010.

Comissão que prepara proposta de código processual ouviu preocupações de especialistas com a garantia do direito de ampla defesa

Juristas discutem em Manaus processo civil

A COMISSÃO DE juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil realizou na sexta-feira audiência pública na Escola Superior de Magistratura do Amazonas. Foram ouvidas as sugestões de especialistas da região Norte. Marcus Vinicius Furtado Coelho, secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou que o grande desafio do novo texto é atender à demanda da sociedade por uma Justiça mais célere. Ele sustentou, porém, que é preciso garantir a credibilidade do processo, com ampla defesa, sem que a preocupação com a rapidez redunda em surpresas para as partes.

O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Domingos Jorge Chalub, elogiou a iniciativa e agradeceu a escolha da cidade de Manaus para sediar os debates. Já o senador Jefferson Praia (PDT-AM) lembrou a importância

de desburocratizar os trâmites judiciais e garantir Justiça mais rápida para todos.

Os debates reuniram representantes de vários profissionais do Direito. O juiz Divaldo Martins disse que, se o texto da comissão de juristas assegurar o direito de defesa e, ao mesmo tempo, punir abusos, terá cumprido um papel fundamental para a modernização do processo civil. Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Amazonas, Fabio Mendonça, ressaltou que os debates em torno do código poderão garantir ao texto um “caráter cidadão”.

Também estiveram presentes à audiência a deputada federal Rebecca Garcia (PP-AM) e os juristas Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Jean Cleuter Simões, entre outras autoridades. A comissão segue para Porto Alegre, dia 15, e Curitiba, dia 16. Antes disso, reúne-se em Brasília, nos dias 12 e 13.



Senador Jefferson Praia (3º à esq.) manifestou expectativa de que novo código desburocratize a tramitação dos processos

Gilmar Mendes debate modernização do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, debaterá com os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a “modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país”. A audiência pública ocorrerá nesta quarta-feira, às 10h.

Após a audiência, a CCJ sabatinará o indicado pelo presidente da República para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Artur Vidigal de Oliveira, e o indicado para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Raul Araújo Filho.

Na quinta-feira, a comissão realizará outra audiência pública, também às 10h, com autoridades da área de segurança pública de Goiás sobre as ações que estão sendo adotadas em relação ao desaparecimento de jovens no município de Luziânia.



Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes

COMISSÃO PERCORRE O PAÍS PARA COLHER SUGESTÕES

A comissão de juristas que faz a revisão do Código de Processo Civil foi criada em outubro de 2009 por ato do presidente José Sarney. O objetivo principal do trabalho é propor mudanças que deem mais agilidade à Justiça, buscando instrumentos capazes de reduzir o número de demandas e recursos. Desde fevereiro, a comissão já realizou audiências públicas em cinco estados: Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas, além do Distrito Federal. O grupo, formado por 12 especialistas, é presidido por Luiz Fux, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A relatora é Teresa Arruda Alvim Wambier, professora de Direito da Universidade de São Paulo.

Violência na Paraíba é culpa do governador, diz Efraim

Efraim Morais (DEM-PB) afirmou, na sexta-feira, que os paraibanos assistem estarecidos a uma escalada de execuções e assaltos a cidadãos, agências bancárias, casas lotéricas, famílias e ônibus, em razão da negligência do governador José Maranhão.

– O estado, lamentavelmente, é testemunha da estreiteza, mesquinhez política e indiferença do senhor José Maranhão, mesmo quando defrontado com um quadro dessa gravidade. Ele abandonou a Paraíba, está se limitando a tentar a compra de cabos eleitorais e de lideranças políticas, para tentar sua reeleição.

Para Efraim, tão preocupante quanto a violência crescente é o fato de o governador “tentar calar a imprensa”, evitando que programas jornalísticos sejam veiculados para a população. Com medidas de retrocesso desse tipo, disse Efraim, o governador se esforça para levar a Paraíba de volta aos anos 1930.

– Eu aconselho o atual governo que não insista em tentar calar um jornalista, porque, se não tiver o espaço do jornal, se não tiver o espaço da televisão ou do rádio, ele terá o espaço do povo, terá o boca a boca, o contato e, acima de tudo, a certeza de que a Paraíba não pode voltar a ser o reinado ou a capitania de quem quer que seja.

Para Efraim Morais, na Paraíba predomina “um governo despreocupado com seu povo e preocupado unicamente em reeleger-se”.



Efraim: governo paraibano está despreocupado com o povo



Virgílio: processo judicial por “delito de opinião” é absurdo

Arthur Virgílio critica censura a jornalistas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou ter recebido uma denúncia da jornalista Adriana Vandoni: ela e o também jornalista Fábio Pannunzio estariam sendo processados por um deputado estadual do PP de Mato Grosso devido a um suposto “delito de opinião”. Virgílio disse que a situação “é absurda”, pois o deputado estaria exigindo uma pena de 15 anos para Fábio e de sete anos para Adriana, além de uma indenização de R\$ 2 milhões.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que os dois jornalistas vêm sendo censurados há algum tempo. Segundo ele, Pannunzio chegou a ser proibido de divulgar um “fato criminoso” ocorrido no Paraná, enquanto o *blog* de Adriana Vandoni “tem sido vítima de reiteradas censuras” em Mato Grosso, como em um caso que envolveria o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) denunciou ameaças abertas à liberdade de imprensa no país. Ao constatar que essas ameaças deixaram de ser sutis, o senador advertiu que o início de um regime de exceção, mesmo com governantes eleitos, coincide com cerceamento do direito de informar. O senador observou que o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado no fim de 2009 pelo governo incluiu um controle formal da imprensa.

Agripino condiciona votação à solução para agricultores

A bancada do Democratas não votará a Medida Provisória 472/09, que tranca a pauta de votações do Plenário, se o governo não concordar em incluir no texto da MP os termos da renegociação da dívida dos agricultores do semiárido nordestino. O anúncio foi feito na sexta-feira pelo líder do partido, senador José Agripino (RN).

Os senadores do Nordeste cobram anistia às dívidas de até R\$ 15 mil e a extensão do prazo para renegociação dos demais débitos até 31 de dezembro.

– Não podemos abrir mão de agir no plano parlamentar de forma firme. Se não derem uma solução para o problema do agricultor do Nordeste, a gente bloqueia a pauta, obstrui isso aqui – disse Agripino.

A MP 472/09, que chegou ao Senado em forma de projeto de lei de conversão (PLV 1/10), autoriza a União a ceder ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) R\$ 80 bilhões, em títulos da dívida pública. Segundo o governo, o dinheiro ajudará na retomada do crescimento pós-crise econômica, principalmente nas obras ligadas à Copa do Mundo de 2014, à exploração de petróleo do pré-sal e às Olimpíadas de 2016.

Segundo Agripino, o que o governo gastaria para resolver o problema dos agricultores do Nordeste não chegaria à despesa mensal do Bolsa Família (pouco mais de R\$ 1 bilhão, segundo o senador).



Agripino: MP deve renegociar dívidas do semiárido nordestino

ENTREVISTA

Azeredo prevê uma CRE mais ativa

O governo pode se preparar para encontrar, neste ano, um Senado muito mais ativo e participante nos assuntos de política externa. As indicações de embaixadores podem, inclusive, demorar para serem aprovadas, caso a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) considere essencial fazer questionamentos aos candidatos ao cargo de representante do país no exterior. Os alertas foram feitos pelo presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em entrevista à Agência Senado. Na semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, debateu com os senadores da CRE durante quatro horas mas, segundo Azeredo, permanecem as divergências em relação a temas como a postura brasileira de apoio ao Irã e as relações com a Venezuela.

AS QUATRO HORAS de debates com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na semana passada, abriram caminho para a retomada das votações de indicações de embaixadores pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Mas permanecem as divergências em relação à política externa brasileira, segundo informa o senador Eduardo Azeredo, em entrevista à Agência Senado.

As votações foram interrompidas, por iniciativa de Azeredo, para que Amorim pudesse explicar aos senadores a posição do governo sobre temas como o programa nuclear do Irã e as relações com países que estariam desrespeitando os direitos humanos. Na entrevista, o senador criticou ainda a passividade do governo brasileiro em casos como o da invasão de uma refinaria da Petrobras na Bolívia e admitiu a possibilidade de demora na aprovação de embaixadores para países como a Venezuela, onde ele acredita que os investimentos brasileiros estejam em risco. "Queremos uma discussão na qual o Senado seja mais ativo", afirmou Azeredo.

Após a audiência pública com o ministro, a CRE voltará a colocar em votação as indicações de novos embaixadores?

As análises das indicações dos

embaixadores serão retomadas [nesta semana]. A comissão sempre foi ágil, nunca houve demora ou atraso da nossa parte. E o que realmente motivou a suspensão foi o acúmulo de indicações e a necessidade de uma discussão maior com o ministro.

Esta foi a primeira vez que se suspendeu a votação de indicações por haver divergências em relação à política externa. Isso mostra uma postura diferente da comissão?

É uma posição, realmente, de valorização da comissão. No sentido de que ela tenha responsabilidade de não só aprovar os embaixadores, mas também de discutir o que os embaixadores vão fazer. Eles são representantes do país. Então, queremos ter uma discussão na qual o Senado seja mais ativo.

No caso, a suspensão deveu-se ao pedido de uma discussão sobre a política externa como um todo. A suspensão seria um exemplo dessa nova postura?

O objetivo é esse, que tenhamos uma participação maior e que o ministro discuta conosco alguns pontos. Acredito que a vinda dele foi importante, tivemos uma longa discussão. Nós, da oposição, mantemos alguns questionamentos, mas ele teve oportunidade de se manifestar. Algumas divergências permanecem. Como essa justificativa de



Eduardo Azeredo, presidente da CRE: indicações de embaixadores podem ser alvo de questionamentos pelos integrantes da comissão

instabilidade para os interesses brasileiros em outros países. Vivemos um momento em que o tema de política internacional cresce em relevância, porque o Brasil se tornou mais relevante e isso acaba influenciando o dia a dia das pessoas.

Quase nunca, nas campanhas eleitorais ou nos debates pela televisão, se tocou no tema da política externa. Pode acontecer agora?

Tendo em vista a opinião sobre outros países, se forma uma opinião sobre o próprio Brasil. Então, se o governo brasileiro é conivente com regimes ditatoriais, que cerceiam a imprensa, isso significa o risco de que o mesmo possa vir a acontecer no Brasil. Se um governo é omissivo em relação aos direitos humanos, isso também pode acontecer dentro do país.

Como a comissão pretende atuar nos próximos meses, levando em conta que este é um ano de eleições?

É um ano atípico. Entretanto, temos um número muito grande de trocas de embaixadores. Temos o desafio de fazer essa

discussão, mas ela será feita dentro do tempo necessário. Se houver algum questionamento, poderá haver uma demora maior na sua aprovação, sim. Do ponto de vista pessoal, não tem acontecido, por-

que em geral são diplomatas de carreira. Mas pode haver algum tipo de questionamento sobre o posicionamento do Brasil em relação a determinado país. Em relação à Venezuela, por exemplo, queremos garantir que o embaixador vá defender realmente os interesses brasileiros. Os próprios investimentos brasileiros na Venezuela correm risco. Então, qual é a postura desse embaixador?

que a retaliação (em relação ao Irã) não funciona. Então, o que funciona? Chega o momento em que o diálogo não é suficiente. Isso é o que a maioria dos países está pensando.

As divergências são apenas sobre o Irã, ou também sobre a política externa em relação à América Latina?

Algumas questões sobre o coronel [Hugo] Chávez também permanecem. O importante é isso, que o ministro saiba que existem divergências e que existe essa demanda por uma participação maior. Ele pôde ver que a criação de embaixadas tem que ser um pouco mais criteriosa, não é uma questão pacífica.

O sr. mencionou uma vez que, nos Estados Unidos, algumas indicações de embaixadores demoram meses para ser votadas. A CRE estaria adotando uma postura semelhante à comissão do Senado dos EUA?

Nós criticamos um certo exagero na política externa. Então, não vamos também exagerar na

função da comissão. Uma coisa é a comissão dos Estados Unidos, que são o maior país do mundo e já têm essa questão internacional como uma tradição. Aqui no Brasil não é assim. O Brasil ganhou atualmente maior relevância, por isso aumenta também a relevância da comissão. Mas não é ainda o mesmo patamar do americano. E nem precisa chegar a esse mesmo nível.

Durante os últimos anos, sempre houve certo consenso no Senado a respeito da política externa brasileira. Agora existem algumas divergências. Esse pode se tornar, pela primeira vez, um tema de campanha eleitoral, neste ano?

Acredito que isso começa a ter mais importância do ponto de vista eleitoral, sim. No momento em que o Brasil deixa que a Petrobras seja invadida sem uma reação mais forte – não estou falando de guerra, mas de diálogo –, isso cria uma

"A CRE não quer só a responsabilidade de aprovar os embaixadores, mas discutir o que eles vão fazer"

"Vivemos um momento em que o tema da política internacional cresce em relevância"

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Sarney não assumirá Presidência

Com a desistência do vice-presidente José Alencar de disputar as eleições de outubro, o presidente do Senado, José Sarney, não assumirá a Presidência da República durante as viagens

internacionais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O vice-presidente José Alencar apresentou motivo de saúde para desistir de se candidatar: ele ainda terá de se submeter

a quimioterapia para combater um câncer.

Para não ferir a Lei das Inelegibilidades, José Alencar e Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, não po-

deriam assumir a Presidência da República, se quisessem disputar as eleições. O próximo na linha sucessória é Sarney, que tem mandato no Senado até 2015 e não é candidato este ano.

Mozarildo quer explicações de embaixador sobre caminhoneiros

Senador apresentará requerimento à Comissão de Relações Exteriores para que diplomata venezuelano seja chamado e explique por que transportadores brasileiros continuam presos ilegalmente naquele país

O EMBAIXADOR DA Venezuela no Brasil poderá vir ao Senado prestar esclarecimentos sobre a situação de caminhoneiros brasileiros presos naquele país. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) vai apresentar requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ele disse que motoristas brasileiros continuam presos em San Félix, de acordo com a Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Cargas do Norte (Coopertan), diferentemente do que a imprensa de Roraima veiculou a respeito. Mozarildo Cavalcanti apelou ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que haja celeridade na solução do problema.

Não há democracia nem segurança jurídica na Venezuela, acredita o parlamentar. Apesar de ter apoiado o ingresso da Venezuela no Mercosul, ele avaliou não existirem condições adequadas para que aquele país participe do bloco.

O presidente da CRE, Eduardo Aze-



Mozarildo diz que não há segurança jurídica na Venezuela e quer o país vizinho fora do Mercosul

redo (PSDB-MG), recomendou "redobrada atenção" em relação ao governo da Venezuela. Em sua opinião, o Brasil deve estreitar relações com países latino-americanos democráticos, como

o Chile.

Para o senador, "a amizade brasileira com Hugo Chávez não está apresentando resultados positivos" e disse temer que o governo venezuelano venha a influenciar o Brasil, e não o contrário, como pretende o presidente Lula.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que também apoiou o ingresso da Venezuela no Mercosul, afirmou que vai pedir reversão desta decisão do Congresso Nacional, caso as condições antidemocráticas persistirem no país. O senador defendeu que, na hipótese de haver causas que justificassem a abordagem dos motoristas brasileiros, a questão deveria ser tratada com justiça.

A aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul, disse Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi em respeito àquela nação e ao seu povo. O senador observou que, nas discussões do tema no Congresso, a maioria dos parlamentares não defendeu o governo Chávez.

Alvaro Dias cobra rápida solução para o caso das pensões dos aeronautas

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu que a União assumira integralmente o pagamento das aposentadorias e pensões dos ex-funcionários das empresas aéreas Varig, Vasp e Transbrasil. Para ele, o governo não pode se abster e adiar a decisão de um problema que não foi criado pelos trabalhadores.

O Instituto Aerus de Seguridade Social, que abrigava os recursos das aposentadorias dos aeronautas e aviários, sofreu intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do go-

verno em 2006. Motivo: as companhias aéreas, durante anos, descontaram dos salários dos funcionários os valores das aposentadorias, sem, no entanto, repassá-los ao fundo de pensão.

– Dez mil aposentados e pensionistas deixaram ou estão à beira de não receber nada de aposentadoria, mesmo tendo contribuído durante décadas para o fundo de pensão. É uma injustiça que tem que ser corrigida – disse o senador.

Depois de ler, na íntegra, o manifesto



Para Alvaro Dias, União tem que assumir o pagamentos para os trabalhadores

dos aposentados do Aerus, Alvaro Dias lamentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha adiado a decisão, apesar de ser favorável ao pagamento das pensões e aposentadorias pela União.

Para Jayme Campos, xenofobia emperra validação de diploma

O senador Jayme Campos (DEM-MT) acusou sucessivos governos de adotarem política contrária ao reconhecimento no país de diplomas universitários obtidos no exterior. Ele disse que 32 mil brasileiros estão sem amparo porque a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomenda que as universidades, onde são examinados os processos, recusem os pedidos.

– Essa situação não resulta de uma política do governo x ou y. Pelo contrário, trata-se de um cacete xenofóbico que nos acompanha há décadas. É



No Mato Grosso, há 2.500 pessoas à espera de uma resposta, afirma Jayme Campos

um mal solerte, que permaneceu até hoje infenso à abertura democrática, à globalização e à integração regional. É um mal que é preciso extirpar o quanto antes – disse o senador, numa referência especial aos diplomas expedidos por países que integram o Mercosul.

Jayme Campos lembrou que o Senado, recentemente, aprovou, depois de alterações feitas na Câmara dos Depu-

tados, o projeto (PLS 498/03) da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) que buscava uma solução ao fixar regras para orientar a análise dos processos de revalidação. No entanto, lamentou o senador, o projeto acabou vetado na íntegra pelo presidente Lula.

Com isso, assinalou, continuam sendo rejeitados diplomas de profissionais "da mais alta qualidade, formados em boas escolas estrangeiras, que em muito podem contribuir com o país". Só em seu estado, observou, cerca de 2.500 profissionais estão à espera de decisão dos processos de revalidação de títulos acadêmicos do exterior.

Ele atribuiu a situação a um sem-número de entraves burocráticos, tais como atrasos, ausências de resposta e prazos muitos longos.

Governo alega não ter dinheiro para reajuste, mas gasta com "campanha antecipada", declara senador



Mário Couto: Lula mente para aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou na sexta-feira que "o presidente da República está mentindo" quando aponta dificuldades para um eventual reajuste dos valores pagos a aposentados e pensionistas. Segundo o senador, os recursos existem, mas seriam gastos para pagar integrantes do PT que foram empregados no governo federal, com a corrupção que seria promovida por esse partido e com viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva "para fazer campanha antecipada por Dilma Rousseff".

– E não sou eu quem está dizendo que ele está fazendo campanha para Dilma. É o Tribunal Superior Eleitoral – enfatizou.

O senador leu em Plenário trecho de uma declaração que Lula teria feito na quinta-feira: "não tem nenhum deputado, nenhum senador, que goste mais de aposentados do que eu".

De acordo com Mário Couto, Lula, antes de se tornar presidente da República, teria dito, em 1989, que "quem se torna aposentado ou pensionista no Brasil é quase que jogado na lata de lixo". Nessa mesma ocasião, Lula teria ressaltado que seu partido tinha um projeto para beneficiar aposentados e pensionistas que os fariam "viver como se estivessem na Europa".

– Hoje, ele esqueceu o que falou – protestou Mário Couto.

Segundo Mão Santa, Temer garantiu que poria projeto sobre reajuste para aposentados em votação



Mão Santa critica Temer por não cumprir palavra

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu, na sexta-feira, em Plenário a aprovação pela Câmara dos Deputados dos projetos de lei que elevam o valor dos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Ele criticou o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, por ter garantido, segundo o senador, no ano passado, que colocaria em pauta os projetos que beneficiam os aposentados brasileiros, sem ter, no entanto, cumprido sua palavra até o momento.

– O Michel Temer perdeu a honra. A honra está ligada à palavra. Ele deu a palavra que botava para votar. Eu ouvi. Não tem honra sem palavra. Ele perdeu, ele se comprometeu. Essa é a verdade. Bote para votar. É a grande oportunidade de a Câmara apagar aquela verdade de Lula: "Casa de 300 picaretas" – disse, referindo-se à declaração do presidente Lula quando foi deputado constituinte.

Arquivo Público do DF



Sessão especial nesta terça-feira, exposições, homenagem a pioneiros que trabalham ou trabalharam na Casa e produtos especiais dos veículos da Secs marcam a programação

Senado lembrará 50 anos de Brasília com várias atividades

HOMENAGEM EM PLENÁRIO, lançamento de livro e CDs, exposições, *site* especial, revista, encarte do **Jornal do Senado** e programação especial dos veículos de comunicação da Casa – com uma extensa programação, o Senado Federal se prepara para celebrar o cinquentenário de Brasília, a ser comemorado em 21 de abril.

A sessão especial, proposta pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), será realizada nesta terça-feira. Após, haverá o lançamento do livro *Brasília, 50 anos*, da fotógrafa Maria Lopes, no Salão Branco do Congresso Nacional.

Várias exposições marcarão o cinquentenário na Casa. Hoje começa a mostra *Retratos de Brasília*, que reúne obras

de 23 artistas plásticos. Amanhã será aberta a exposição *Brasília 50 anos – fatos importantes*, com a exibição de imagens cedidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal.

A exposição denominada *Senado Federal, 50 anos de Brasília*, será inaugurada na quarta-feira, às 11h, no Salão Negro. Na ocasião, haverá homenagens aos pioneiros da cidade que trabalham ou trabalharam no Senado. Durante a abertura da exposição, será lançado o 3º Concurso de Redação do Senado Federal, com o tema “Brasília, capital dos brasileiros”.

Mídia da Casa

Os veículos de comunicação do Senado também preparam produtos especiais para celebrar o cinquentenário da capital. A Rádio Senado e a TV Senado estão produzindo diversos programas sobre os lugares e os habitantes de Brasília,

sua história e seus pioneiros. Alguns desses programas já estão sendo veiculados.

O **Jornal do Senado**, por sua vez, prepara um encarte especial sobre a data. Além disso, está disponível um *hotsite* sobre os 50 anos, mantido pela Agência Senado, reunindo textos, fotos, vídeos e áudios produzidos pelos veículos da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs).

História

Em maio, a Biblioteca do Senado vai lançar dois CDs contendo documentos sobre a construção de Brasília, como os relatórios das comissões que estudaram o Planalto Central em busca da definição do lugar ideal para a instalação da nova capital.

Também em maio será lançada uma edição da revista *Senatus*, com artigos sobre o processo de transferência do Poder Legislativo do Rio de Janeiro para a nova capital.

Confira a programação

Eventos para marcar os 50 anos do Congresso Nacional em Brasília começam hoje e vão até maio

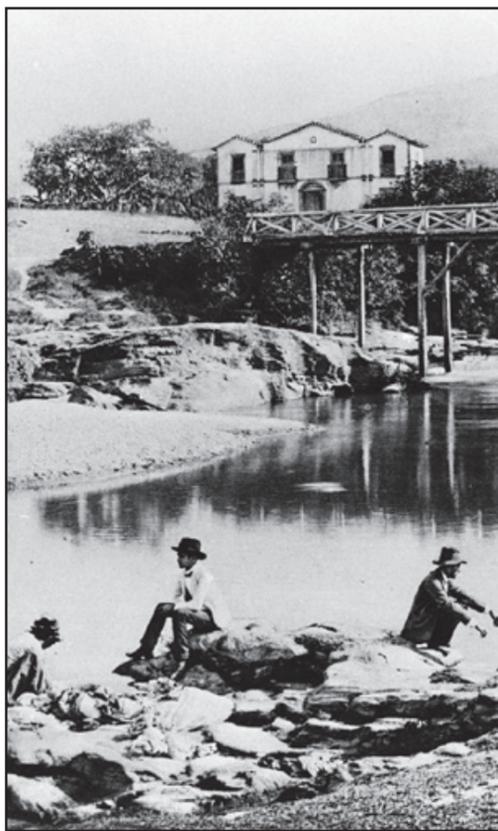
Data	Evento	Local
12 a 23 de abril	Exposição <i>Retratos de Brasília</i>	Espaço Ivandro Cunha Lima
13 de abril	Homenagem dos senadores na Hora do Expediente, a partir das 14h	Plenário do Senado
13 de abril	Lançamento do livro <i>Brasília, 50 anos</i> , da fotógrafa Maria Lopes, após a homenagem em Plenário	Salão Branco do Congresso
13 de abril	Abertura da exposição <i>Brasília 50 anos – fatos importantes</i> , produzida pelo Arquivo Público do Distrito Federal	Salão Branco do Congresso
14 de abril	Abertura da Exposição Senado Federal – 50 anos de Brasília às 11h	Salão Negro do Congresso
14 de abril	Homenagem a servidores pioneiros do Senado	Salão Negro do Congresso
14 de abril	Lançamento do 3º Concurso de Redação do Senado Federal	Salão Negro do Congresso
14 de abril	Publicação do Caderno Especial do Jornal do Senado	
Segunda quinzena de abril	Início da Visita Encenada do programa <i>Visite o Congresso</i>	Salão Negro do Congresso
4 de maio	Lançamento de 2 CDs produzidos pela Biblioteca do Senado com documentos relativos à criação de Brasília, às 18h30	Biblioteca do Senado
4 de maio	Lançamento da edição especial da revista <i>Senatus</i> sobre os 50 anos do Senado em Brasília, às 18h30	Biblioteca do Senado

Explorações para delimitar Brasília lançadas em CD

A partir do final do século 19, comissões exploradoras estudaram o Planalto Central a fim de demarcar a área em que seria estabelecida a nova capital. Os trabalhos dessas comissões então reunidos em dois CDs que a Biblioteca do Senado vai lançar no dia 4 de maio, como parte das celebrações do cinquentenário de Brasília.

O primeiro CD contém os relatórios técnicos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada por Louis Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. A comissão visitou terras no estado de Goiás entre 1892 e 1894 e propôs a delimitação de uma área bastante semelhante à que hoje é ocupada pelo Distrito Federal. Também estão no CD os relatórios da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, também chefiada por Cruls, a qual, entre 1894 e 1895, realizou trabalhos complementares aos do primeiro grupo.

O segundo CD reúne, entre outros, os relatórios de duas comissões que continuaram os trabalhos de exploração durante o século 20. Uma delas, a Comissão Técnica para o Estudo da Localização da Nova Capital da União, foi presidida pelo general Djalma Polli Coelho e funcionou entre 1946 e 1948. A outra, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, foi presidida pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque entre 1953 e 1956.



Henrique Motte

Exposição enfoca construção da capital sob a ótica do Poder Legislativo

Rever a construção de Brasília sob a ótica do Poder Legislativo é o mote da exposição *Senado Federal: 50 anos de Brasília*, que estará aberta ao público entre os dias 14 e 29 de abril, no Salão Negro do Congresso Nacional, das 9h30 às 17h.

Fotos de Mário Fontenelle, textos de Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto e André Malraux, além de documentos – alguns inéditos – de grande valor histórico, como o projeto de lei que determinou a mudança da capital para

o Planalto Central em 29 de novembro de 1919. Essas e outras preciosidades fazem da exposição organizada por Marcos Magalhães, consultor legislativo do Senado.

Na exposição, a história de Brasília é contada com fotos produzidas entre 1956 e 1964 e que hoje integram o acervo do Senado e do Arquivo Público do Distrito Federal.

Em destaque, figura o Palácio do Congresso Nacional, um dos ícones da capital e um marco da arquitetura moderna.

Suplemento recupera a história dos 50 anos do Congresso Nacional em Brasília

O **Jornal do Senado** publica nesta semana um suplemento especial sobre os 50 anos de funcionamento do Congresso Nacional em Brasília. Fotos históricas, depoimentos de senadores e reminiscências de servidores que vieram transferidos nos primeiros meses após a inauguração da capital fazem parte da edição.

A publicação rememora o longo caminho, iniciado ainda no século 18, que levou à vitória da ideia da transferência da capital do país para o interior. Mos-

tra como o então candidato a presidente Juscelino Kubitschek assumiu compromisso público de construir a capital, no Planalto Central, na área escolhida pela Missão Cruls décadas antes.

Também estão retratados na edição os primeiros dias de funcionamento do Senado, marcados pela precariedade e imprevisto, a vida dos pioneiros em uma cidade que nem comércio básico tinha e o papel do Senado como Poder Legislativo do Distrito Federal durante 23 anos.